PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda às questões de 01 a 06.

TEXTO I

Revista *Era Nova* agora está disponível online no repositório da UEPB

31 de março de 2026

Um importante marco da imprensa e da cultura paraibana acaba de se tornar mais acessível ao público: a revista *Era Nova* já está totalmente digitalizada e disponível online no ORBIS – Repositório Institucional da UEPB, na seção de publicações culturais.

Publicada entre 27 de março de 1921 e 24 de outubro de 1926, a *Era Nova* circulou quinzenalmente, reunindo todas as edições regulares e uma edição especial comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Considerada um periódico modernista de grande relevância, a revista se destacava pelo conteúdo diversificado, abordando temas como literatura, cultura, vida social, política e modernização da sociedade, além de apresentar um projeto gráfico inovador para a época, com ilustrações e fotografias inspiradas no estilo *art nouveau*.

A digitalização da coleção foi realizada por meio de uma parceria entre a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida e a Fundação Casa de José Américo (FCJA), responsável pela execução da atividade. A colaboração contou com a mediação de Alômia Abrantes (UEPB/FCJA), Luiz Mário Dantas Burity (FCJA) e Taciany Kariny dos Santos Almeida, que atuava como bibliotecária da Biblioteca Átila Almeida à época da parceria.

A contribuição da Biblioteca Átila Almeida foi essencial para o sucesso do projeto, especialmente por abrigar uma raríssima coleção do ano de 1926. Segundo Luiz Mário Burity, foi possível localizar na instituição os 100 números publicados naquele ano, fundamentais para a digitalização completa da revista.

A iniciativa integra um projeto mais amplo de preservação da memória e difusão cultural, permitindo que pesquisadores, estudantes e o público em geral tenham acesso a esse importante registro histórico da sociedade paraibana do início do século XX.

Como desdobramento das pesquisas que motivaram essa parceria, destaca-se o artigo “A revista Era Nova na Paraíba: notas de um modernismo de Estado”, de Alômia Abrantes e Luiz Mário Dantas Burity, publicado em 2024 na revista PÓS (UFMG), evidenciando a relevância acadêmica e histórica da *Era Nova* no contexto do modernismo paraibano.

Fonte: https://bibliotecaatilaalmeida.uepb.edu.br/2026/03/31/revista-era-nova-agora-on-line/. Acesso em 15 de outubro de 2026.

01) De acordo com o Texto I, a contribuição da Biblioteca Átila Almeida foi essencial para a digitalização completa da revista porque a instituição:

a) possuía todas as edições regulares e a edição especial do Centenário da Independência.
b) executou sozinha a digitalização, dispensando a atuação da Fundação Casa de José Américo.
c) reuniu, em seu acervo, os exemplares antes guardados pela revista PÓS, da UFMG.
d) abrigava a raríssima coleção de 1926, com os números publicados naquele ano.
e) localizou os números de 1921 que ainda faltavam no repositório institucional ORBIS.

02) Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Quanto ao gênero, o Texto I classifica-se como notícia.

PORQUE

II. O texto defende, em primeira pessoa, a tese de que a digitalização de acervos é a única forma de preservar a memória cultural paraibana, sustentando-a com argumentos de autoridade.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

03) O Texto I informa que a *Era Nova* "circulou quinzenalmente" e que foram localizados "os 100 números publicados naquele ano" (1926). Considerando a coerência textual, essa informação:

a) é coerente, pois revistas quinzenais publicam dois números por semana, somando cerca de cem ao ano.
b) gera incoerência interna, pois a periodicidade quinzenal comporta cerca de 24 números por ano.
c) gera incoerência apenas externa, pois contraria dados conhecidos sobre outras revistas modernistas.
d) é coerente, porque o total de 100 resulta da soma das edições regulares com a edição do Centenário.
e) compromete a coesão, e não a coerência, pois o problema está no uso inadequado do pronome "naquele".

04) Considerando os fatores de textualidade, analise as afirmativas a seguir sobre o Texto I.

I. A remissão ao artigo "A revista Era Nova na Paraíba: notas de um modernismo de Estado", publicado na revista PÓS (UFMG), configura intertextualidade.
II. A indicação da data de publicação e da fonte contribui para a situacionalidade, pois ancora o texto em seu contexto de produção e circulação.
III. A retomada de "a revista Era Nova" por expressões como "a revista" e "a Era Nova" ao longo do texto é recurso de coesão referencial.
IV. O texto apresenta grau nulo de informatividade, pois se limita a repetir dados amplamente conhecidos pelo leitor.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) III e IV.
e) I, II e III.

05) Quanto ao processo de formação de palavras presentes no Texto I, é correto afirmar que:

a) "desdobramento" forma-se por parassíntese, com o acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo.
b) "inovador" forma-se por derivação imprópria, pois apenas muda de classe gramatical.
c) "raríssima" forma-se por prefixação, com o acréscimo do elemento "-íssima" ao radical.
d) "modernização" forma-se por sufixação, com o acréscimo de "-ção" ao verbo "modernizar".
e) "digitalizada" forma-se por derivação regressiva, com redução da forma "digital".

06) Sobre a acentuação de palavras do Texto I, é correto afirmar que:

a) "periódico" e "época" são acentuadas pela mesma regra, pois todas as proparoxítonas recebem acento gráfico.
b) "raríssima" recebe acento por ser paroxítona terminada em -a, regra que também se aplica a "revista".
c) "disponível" e "acessível" recebem acento por serem oxítonas terminadas em -l.
d) "Paraíba" é acentuada por ser proparoxítona, assim como "periódico".
e) "Átila" e "Américo" são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em vogal.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 15.

TEXTO II

Além de prática considerada abusiva, obsolescência programada pode causar impactos ao meio ambiente

Marcelo Zuffo e Antonio Carlos Morato analisam a questão sob o ponto de vista mercadológico e jurídico

02/10/2025 – Por Andrey Furmankiewicz

Recentemente foi aprovada pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados uma lei que proíbe a obsolescência programada de produtos. A obsolescência programada é um dos principais problemas que afligem a tecnologia no sistema de consumo e produção que vivemos hoje. Consiste em uma estratégia de fabricação de produtos com uma vida útil intencionalmente limitada, ou seja, para durarem menos do que deveriam. Isso gera inúmeras questões complicadas de resolver para a sociedade e para o meio ambiente.

O engenheiro eletricista e professor da Escola Politécnica da USP, Marcelo Zuffo, comenta como funciona essa técnica e como ela é aplicada na prática. “Essa estratégia é adotada por fabricantes e indústrias para reduzir intencionalmente a vida útil de um produto, incentivando o consumidor a substituí-lo em menor intervalo de tempo. O exemplo clássico foi a invenção da lâmpada, que teoricamente pode ter um ciclo de vida infinito. Há relatos de lâmpadas que podem funcionar por décadas. E aí, intencionalmente, a indústria desenvolveu lâmpadas que queimam para justamente forçar o consumidor a adquirir novas.”

O professor diz também que existem várias técnicas para conceber a obsolescência programada. Desde utilizar materiais de menor qualidade, desenvolver softwares não atualizados e que deixam o programa mais lento e até mesmo o próprio design do produto pode ser fabricado para ter um ciclo de vida mais curto.

O problema do ponto de vista jurídico

O problema da obsolescência também tem que ser encarado de uma forma jurídica, considerando principalmente os direitos do consumidor. O advogado e professor da Faculdade de Direito da USP Antonio Carlos Morato explica como a obsolescência programada pode ser definida do ponto de vista jurídico, se afeta o direito do consumidor e se existem regulações para essa prática. “Quando o consumidor adquire um determinado produto ele tem uma expectativa legítima de que o produto funcione por um tempo razoável. E a obsolescência programada em si é uma técnica, na melhor das hipóteses, que foi desenvolvida pelos empreendedores para que seja possível colocar no mercado diversas versões de um produto, versões atualizadas. Os produtos têm e devem ser atualizados, só que existe um problema, você não pode trocar de celular todo ano, se aquela finalidade de acesso à internet, ou o básico, que seria falar pelo telefone, continuar funcionando.”

Existem, entretanto, motivos positivos para essa técnica ter sido desenvolvida, visando a principalmente evitar o desemprego, visto que, se um produto durasse muito tempo, sua reposição e produção em grande escala não seria necessária, não mais necessitando de trabalhadores. Além disso, o desenvolvimento de atualizações e produtos melhores para os consumidores também é outra razão. “A intenção pode ser a melhor possível, pode ser a de colocar produtos novos à disposição do consumidor, pode ser a de evitar o desemprego, mas, ainda assim, o consumidor é que tem que decidir sobre isso”, comenta o advogado.

“No artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor encontra-se o que se chama de práticas abusivas, e não vai ser encontrado escrito ali, obviamente, obsolescência programada, mas há uma abertura no sistema, um rol de hipóteses que são lá colocadas e podem ser alteradas com o tempo. Por exemplo, a discussão da inteligência artificial, que surge hoje, não existia, por óbvio, em 1990, e mesmo a obsolescência programada começou a ser discutida há uns 15 anos, 20 anos no Brasil, mas o Código de Defesa do Consumidor

tem dispositivos específicos e, sobretudo, tem uma principiologia, que orienta o juiz para a decisão mais adequada, porque a obsolescência programada pode ser considerada como prática abusiva no mercado de consumo brasileiro."

Impacto ambiental

Além de afetar o Código de Defesa do Consumidor, o maior e mais nocivo impacto dessa prática é no meio ambiente. "A natureza vai suportar uma carga muito maior de resíduos sólidos, de detritos, lixo que poderia suportar. Nem tudo que é produzido é reciclável. Um dos pilares dos direitos básicos do consumidor, na verdade, é o que garante o consumo sustentável. Não está explícito no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, mas se encontra em outros dispositivos, considerando, por exemplo, quando se discute as cláusulas abusivas, a inserção de uma cláusula que permita a violação do meio ambiente", comenta Morato.

Os problemas causados são diversos: o aumento da quantidade de lixo eletrônico na natureza, esgotamento de recursos naturais para a produção desenfreada de produtos, contaminação do solo e da água por substâncias tóxicas, poluição e o descarte inadequado.

Possíveis soluções

"A consciência ambiental das pessoas começa normalmente em meios altamente intelectualizados, como é o caso das universidades, mas hoje esse tema também é abordado pela indústria. Existem fabricantes mais conscientes dessa questão da obsolescência programada, que desenvolvem produtos com ciclos de vida mais longos. Outros aspectos muito importantes são a consciência ambiental do consumidor e políticas públicas governamentais. Esse movimento é muito forte na Europa, onde têm sido criadas políticas públicas para combater esse problema que levam a situações de impacto ambiental muito grande", afirma Zuffo.

É importante também mencionar técnicas como design sustentável, baseado na produção de produtos modulares, fáceis de reparar e atualizar, economia circular, que reutilizam e reciclam peças para reduzirem resíduos e a utilização de materiais avançados com componentes mais resistentes, recicláveis e biodegradáveis, além de modelos de negócios alternativos, onde empresas podem oferecer serviços, aluguel ou assinaturas, incentivando maior durabilidade e manutenção. Com essas medidas é viável conciliar inovação tecnológica e sustentabilidade para resolver a obsolescência programada.

Fonte: https://jornal.usp.br/radio-usp/alem-de-pratica-considerada-abusiva-obsolescencia-programada-pode-causar-impactos-ao-meio-ambiente/ Acesso em 16 de out. 2026;

07) No Texto II, a posição do advogado Antonio Carlos Morato sobre a obsolescência programada pode ser sintetizada da seguinte forma:

a) a prática está expressamente proibida pelo artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor desde o ano de 1990.
b) a prática deve ser tolerada, uma vez que evita o desemprego e garante a atualização constante dos produtos.
c) a prática só pode ser combatida pela indústria, já que o Código de Defesa do Consumidor não a alcança.
d) a prática é questão exclusivamente ambiental, sem repercussão sobre os direitos básicos do consumidor.
e) a prática pode ter intenções legítimas, mas não deve retirar do consumidor a decisão sobre a troca do produto.

08) Nos trechos "um dos principais problemas que afligem a tecnologia" e "A natureza vai suportar uma carga muito maior de resíduos", do Texto II, ocorre:

a) metonímia, pois "tecnologia" e "natureza" substituem, respectivamente, os termos "engenheiros" e "ambientalistas".
b) hipérbole, pois há exagero intencional na avaliação do impacto ambiental, expresso em linguagem denotativa.
c) prosopopeia, pois se atribuem a seres inanimados ações e estados próprios de seres animados, em sentido conotativo.

d) eufemismo, pois se suavizam os efeitos da poluição causada pelo descarte inadequado de aparelhos eletrônicos.
e) antítese, pois se aproximam ideias opostas, como produção e descarte, em linguagem estritamente técnica.

09) Considerando palavras do Texto II, assinale a alternativa correta.

a) Em “ciclo”, “cl” forma dígrafo, e a separação silábica correta de “consumidor” é con-su-mi-dor.
b) Em “obsolescência”, “sc” forma dígrafo, e a separação silábica correta de “descarte” é des-car-te.
c) Em “lâmpada”, há sete fonemas, e a separação silábica correta de “resíduos” é re-sí-du-os.
d) Em “água”, ocorre hiato, e a separação silábica correta de “eletrônico” é e-le-trô-ni-co.
e) Em “lixo”, há cinco fonemas, e a separação silábica correta de “inúmeras” é i-nú-me-ras.

10) Quanto ao período: “Recentemente foi aprovada pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados uma lei que proíbe a obsolescência programada de produtos” (Texto II), assinale a alternativa correta.

a) O sujeito, “uma lei que proíbe a obsolescência programada de produtos”, está posposto, e “pela Comissão...” é agente da passiva.
b) O sujeito é indeterminado, e “pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços” funciona como adjunto adverbial de causa.
c) A oração é sem sujeito, e “uma lei que proíbe a obsolescência programada” funciona como objeto direto de “aprovada”.
d) O sujeito é “a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços”, e “uma lei que proíbe a obsolescência” é objeto direto.
e) O sujeito é oculto, e “pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços” funciona como complemento nominal.

11) No trecho “Quando o consumidor adquire um determinado produto ele tem uma expectativa legítima de que o produto funcione por um tempo razoável” (Texto II), as orações iniciadas por “Quando” e por “de que” classificam-se, respectivamente, como subordinada:

a) adverbial condicional e adjetiva restritiva.
b) adverbial temporal e substantiva objetiva indireta.
c) adverbial causal e substantiva completiva nominal.
d) adverbial temporal e substantiva completiva nominal.
e) adjetiva explicativa e substantiva apositiva.

12) Considere o trecho do Texto II: “Os produtos têm e devem ser atualizados, só que existe um problema, você não pode trocar de celular todo ano, se aquela finalidade [...] continuar funcionando.” Sobre a pontuação, é correto afirmar que:

a) a vírgula após “atualizados” é inadequada, pois separa indevidamente o sujeito “Os produtos” de seu predicado.
b) a vírgula antes de “se” é obrigatória, pois toda oração condicional posposta deve vir isolada por vírgula.
c) a vírgula após “problema” poderia ser substituída por dois-pontos, que anunciariam a explicitação do problema.
d) a vírgula após “problema” deveria ser eliminada, pois une orações que têm o mesmo sujeito gramatical.
e) a expressão “só que” deveria vir entre vírgulas, por se tratar de conjunção conclusiva deslocada na frase.

13) Considere o seguinte trecho do Texto II: “É importante também mencionar técnicas como design sustentável [...], economia circular, que reutilizam e reciclam peças para reduzirem resíduos [...].”

Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. No segmento “economia circular, que reutilizam e reciclam peças”, há desvio de concordância verbal em relação à norma-padrão.

PORQUE

II. O pronome relativo “que”, na função de sujeito, leva o verbo a concordar com o seu antecedente, que, nesse caso, está no singular.

A respeito dessas asserções, assinale a alteranativa correta.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

14) Analise as afirmativas a seguir, relativas à regência e ao emprego do acento grave em trechos do Texto II.

I. Em “à disposição do consumidor”, o acento grave é obrigatório, por se tratar de locução formada com palavra feminina.
II. Em “levam a situações de impacto”, deveria haver acento grave, já que o verbo “levar” exige a preposição “a”.
III. Em “visando a principalmente evitar o desemprego”, não ocorre crase, pois o “a” é preposição que introduz forma verbal.
IV. Em “acesso à internet”, o acento grave é facultativo, já que o nome “acesso” admite ou dispensa a preposição.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e IV.
d) I, III e IV.
e) I, II, III e IV.

15) O Texto II foi produzido a partir de um programa da Rádio USP e reproduz falas dos entrevistados, como “E aí, intencionalmente, a indústria desenvolveu lâmpadas que queimam” e “você não pode trocar de celular todo ano”. Sobre essas marcas, é correto afirmar que:

a) constituem erros gramaticais que comprometem a credibilidade dos especialistas e deveriam ter sido corrigidos.
b) são exemplos de variação diatópica, pois revelam marcas regionais exclusivas do falar paulista dos professores.
c) são exemplos de variação diacrônica, pois representam formas antigas da língua em desuso na fala atual.
d) indicam baixa escolaridade dos falantes, já que a norma-padrão é a única variedade adequada à situação.
e) são traços legítimos da modalidade oral, como “E aí”, que funciona como operador de sequenciação do discurso falado.

Leia a tirinha a seguir e responda às questões de 16 a 20.

TEXTO III



Fonte: https://www.facebook.com/tirinhasinteligentess/posts/com-certeza-eu-seria-esse-tipo-de-pai-calvin-calvineharoldo-haroldo-hobbes-calvi/3072645109471520/ Acesso em 16 out. 2026

16) O efeito de humor da tirinha resulta, sobretudo:

a) do contraste entre o entusiasmo do pai com a explicação física e a prostração de Calvin no último quadro.
b) do erro conceitual cometido pelo pai ao afirmar que pontos do disco giram a velocidades diferentes.
c) da recusa explícita de Calvin em ouvir a explicação, manifestada verbalmente no segundo quadro.
d) da ironia do pai, que finge interesse pelo disco apenas para repreender o filho por ouvir música alta.
e) da quebra do aparelho de som, que interrompe a audição do disco e frustra os planos de Calvin.

17) Na tirinha, o pai de Calvin conduz uma explicação sobre o movimento do disco. Considerando gênero e sequências textuais, é correto afirmar que:

a) o texto deixa de ser tirinha e passa a ser verbete, pois define conceitos físicos com rigor científico.
b) a tirinha incorpora traços de aula expositiva, articulando sequência dialogal e sequência explicativa.
c) predomina a sequência narrativa, pois a fala do pai relata, em ordem cronológica, fatos do passado.
d) predomina a sequência injuntiva, pois o pai ordena que Calvin repita sozinho o experimento com o disco.
e) há hibridismo entre tirinha e anúncio publicitário, já que a fala do pai promove o toca-discos.

18) No segundo quadro da tirinha, o pai pergunta “CERTO?”, e Calvin responde “CERTO...”.

Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Essas falas evidenciam predominantemente a função fática da linguagem.

PORQUE

II. tais falas têm como finalidade explicar o significado da palavra “certo”, o que caracteriza o uso da linguagem centrado no código.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

19) No trecho “Isso quer dizer que temos dois pontos no mesmo disco que se movem a velocidades diferentes”, as duas ocorrências da palavra “que” classificam-se, respectivamente, como:

a) pronome relativo e conjunção integrante.
b) pronome relativo e pronome relativo.
c) conjunção integrante e conjunção integrante.
d) conjunção integrante e pronome relativo.
e) conjunção consecutiva e pronome relativo.

20) Analise as afirmativas a seguir, relativas às relações de sentido no Texto III.

I. Em “revoluções por minuto”, a palavra “revolução” é polissêmica e assume, no contexto, o sentido técnico de giro completo em torno de um eixo.
II. Em “este ponto no selo do disco”, a palavra “selo” é empregada no sentido de estampilha postal, o que gera ambiguidade intencional.
III. Os termos “diferentes” e “mesmo”, em “velocidades diferentes” e “mesmo número de revoluções”, estabelecem oposição de sentido que evidencia o aparente paradoxo explicado pelo pai.
IV. “Ponto” (local do disco) e “ponto” (sinal de pontuação) são parônimos, pois têm grafias semelhantes e sentidos distintos.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I e II.
b) II e IV.
c) I e IV.
d) III e IV.
e) I e III.

INFORMÁTICA

21) Em relação a arquivos e diretórios nos sistemas operacionais Linux e Windows, assinale (V) para as afirmações verdadeiras e (F) para as falsas.

( ) No Linux, o diretório /home armazena, por padrão, apenas arquivos com a extensão .home, por exemplo, “trabalho.home”.

( ) No Linux, os arquivos "Relatorio.txt" e "relatorio.txt" podem coexistir em um mesmo diretório, pois o sistema diferencia letras maiúsculas e minúsculas.

( ) No Linux, o diretório raiz do sistema de arquivos é representado por /, enquanto que no Windows, o diretório raiz do sistema de arquivos da unidade principal é representado por C:\.

Após análise, conclui-se que a sequência correta é:

a) V – F – V.
b) F – V – V.
c) V – V – F.
d) F – F – V.
e) V – V – V.

22) Em uma planilha do Google Planilhas, a coluna A contém o nome de 10 alunos (linhas 2 a 11) e a coluna B contém a nota de cada um. Para descobrir quantos alunos obtiveram nota maior ou igual a 7, deve-se utilizar a fórmula:

a) =SOMA(B2:B11>=7)
b) =SE(B2:B11>=7;1;0)
c) =CONT.SE(B2:B11;">=7")
d) =MÉDIA(B2:B11;7)
e) =MÁXIMO(B2:B11;7)

23) No Microsoft PowerPoint, para iniciar a apresentação de slides a partir do slide atualmente selecionado, e não do primeiro, utiliza-se o atalho:

a) F5.
b) Ctrl + S.
c) Alt + F4.
d) Shift + F5.
e) F2.

24) Considerando os atalhos de teclado do Windows 11, analise as assertivas abaixo.

I. O atalho Win + V abre o histórico da área de transferência.
II. O atalho Ctrl + Z desfaz a última ação realizada.
III. O atalho Win + D fecha todas as janelas abertas e encerra os aplicativos em execução.
IV. O atalho Ctrl + A copia todos os arquivos selecionados para a área de transferência.
V. A tecla F2 permite renomear o arquivo ou a pasta selecionada.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I, II e V.
b) I, II e IV.
c) III e IV.
d) I, III e V.
e) I, II, III, IV e V.

25) Sobre compactação de arquivos, é correto afirmar que:

a) o formato .zip é exclusivo do sistema operacional Windows.
b) a compactação no formato .zip descarta parte do conteúdo dos arquivos, impedindo a recuperação integral dos originais.
c) a extensão .rar identifica arquivos de planilhas eletrônicas que foram compactadas.
d) um arquivo compactado não pode conter pastas em seu interior.
e) na compactação sem perdas, como a do formato .zip, o conteúdo original é integralmente recuperado ao descompactar.

26) Sobre os componentes de hardware de um computador, é correto afirmar que:

a) a memória RAM é não-volátil, mantendo seus dados mesmo após o computador ser desligado.
b) a memória RAM é volátil, ou seja, perde seu conteúdo quando o computador é desligado.
c) o SSD armazena dados em discos magnéticos giratórios, assim como o HD tradicional.
d) o pendrive é um dispositivo exclusivamente de saída de dados.
e) a CPU é o componente responsável por armazenar permanentemente os arquivos do usuário.

27) Sobre webmail e clientes de e-mail, é correto afirmar que:

a) o webmail (por exemplo, o Gmail) é acessado por meio de um navegador de internet, sem necessidade de instalar um programa específico no computador.
b) clientes de e-mail, como o Mozilla Thunderbird, são acessados exclusivamente por navegador, sem instalação.
c) o webmail só funciona se o usuário instalar previamente um programa de e-mail no computador.
d) não é possível enviar arquivos anexos por meio de webmail.
e) um mesmo e-mail não pode ser lido em mais de um dispositivo.

28) Em sites de busca como o Google, ao digitar uma expressão entre aspas, por exemplo "segurança da informação", a pesquisa:

a) retorna apenas páginas escritas em língua inglesa.
b) exclui dos resultados as páginas que contenham essas palavras.
c) retorna somente imagens relacionadas ao tema.
d) limita os resultados a sites de domínio “.com.br”.
e) procura pela expressão exata, com as palavras na mesma ordem digitada.

29) Sobre computação na nuvem (cloud computing), é correto afirmar que:

a) no modelo IaaS, o provedor entrega apenas aplicativos de escritório prontos para uso.
b) a computação em nuvem exige que todos os servidores estejam fisicamente dentro da empresa contratante.
c) no modelo SaaS, o software é oferecido como serviço pela internet, como ocorre com o Google Planilhas.
d) o armazenamento em nuvem impede que o mesmo arquivo seja acessado de mais de um dispositivo.
e) armazenar arquivos na nuvem sempre permite que qualquer usuário na internet consiga acessá-lo.

30) Em relação à segurança da informação, analise as assertivas abaixo.

I. Um vírus de computador precisa de um programa ou arquivo hospedeiro ao qual se anexa para se propagar.
II. Um worm depende sempre de o usuário abrir um arquivo anexo para conseguir se propagar pela rede.
III. O firewall controla o tráfego de rede de entrada e saída com base em regras de segurança.
IV. O TOTP gera códigos temporários de uso único, baseados no tempo, usados como segundo fator de autenticação.
V. O uso de uma VPN torna o computador imune a vírus e outras pragas virtuais.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I e II.
b) II, III e V.
c) I, III e V.
d) I, III e IV.
e) I, II, III, IV e V.

RACIOCÍNIO LÓGICO

31) Considerando os princípios fundamentais da lógica matemática e o conceito de proposição, assinale a alternativa correta.

a) Segundo o princípio da não contradição, uma proposição pode ser verdadeira e falsa simultaneamente, basta apresentar sentido completo.
b) Segundo o princípio do terceiro excluído, toda proposição é verdadeira ou falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
c) Uma proposição é qualquer expressão matemática, independentemente de ser possível atribuir-lhe um valor lógico.
d) O princípio da não contradição estabelece que toda proposição é verdadeira ou falsa, sem possibilidade de uma terceira opção.
e) O valor lógico de uma proposição pode ser verdadeiro, falso ou incerto, conforme o grau de certeza de quem analisa.

32) Considere as proposições compostas abaixo e assinale a alternativa que apresenta tautologia.

a) $p \rightarrow q$
b) $(p \wedge q) \wedge (p \vee q)$
c) $\sim p \wedge (p \wedge \sim q)$
d) $p \leftrightarrow \sim p$
e) $p \vee \sim (p \wedge q)$

33) Considere a seguinte proposição condicional: “Se (y) é maior que zero, então (y) é não negativo”. A contrapositiva dessa condicional é:

a) Se (y) é menor que zero, então (y) é negativo.
b) Se (y) é negativo, então (y) é maior que zero.
c) Se (y) é não negativo, então (y) é maior que zero.
d) Se (y) é negativo, então (y) não é maior que zero.
e) Se (y) é menor que zero então (y) é positivo.

34) A imagem apresenta os preços dos combustíveis comercializados em um posto.



Fonte: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/03/postos-nao-vao-mais-mostrar-a-terceira-casa-decimal-do-preco-dos-combustiveis.ghtml

Considerando o valor indicado para a gasolina comum, assinale a alternativa que apresenta a decomposição e a leitura corretas desse número decimal.

a) 7+0,7+0,09 (sete inteiros e setenta e nove centésimos).
b) 7+0,79 (sete inteiros e setenta e nove milésimos).
c) 7+0,07+0,9 (setecentos e setenta e nove milésimos).
d) 7+0,079 (sete inteiros e setenta e nove décimos).
e) 7,7+0,9 (sete inteiros e setenta e nove centésimos).

35) No lançamento simultâneo de dois dados honestos, de seis faces, numerados de 1 a 6, qual é a probabilidade de o resultado do primeiro dado ser um número ímpar e primo e o resultado do segundo dado ser um divisor positivo de 2?

a) $\frac{1}{4}$

b) $\frac{1}{2}$

c) $\frac{1}{9}$

d) $\frac{1}{6}$

e) $\frac{2}{36}$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia o texto a seguir para responder às questões de 36 a 39.

Texto IV

"Às dez horas do dia dezenove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, de forma on-line, realizou-se, sob a presidência do deputado Adriano Galdino, a décima primeira sessão extraordinária, que teve por objetivo a discussão e votação de uma matéria do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Além dos membros da Mesa acima mencionados, compareceram os deputados Anderson Monteiro (MDB); Branco Mendes (REP); Caio Roberto (PL); Chico Mendes (PSB); Cida Ramos (PT); Danielle do Vale (REP); Dr. Taciano Diniz (União); Dudu Soares (SD); Eduardo Carneiro (SD); Francisca Motta (REP); Galego Souza (PP); George Morais (União); Inácio Falcão (PCdoB); João Gonçalves (PSB); João Paulo Segundo (PP); Júnior Araújo (PSB); Jutay Meneses (REP); Manoel Ludgério (PSDB); Márcio Roberto (REP); Michel Henrique (REP); Silvia Benjamin (REP); Tião Gomes (PSB).

Havendo número regimental, o Presidente, deputado Adriano Galdino, declarou aberta a sessão extraordinária, para discussão e votação de uma matéria do Tribunal de Justiça da Paraíba. Em seguida, pediu licença para a dispensa do minuto de silêncio, da leitura bíblica, da leitura da ata da sessão anterior, bem como a votação da redação final das proposituras aprovadas na sessão anterior. Logo após, o 1° secretário, deputado Tovar Correia Lima realizou a leitura da matéria em pauta. 1. Projetos de lei – discussão e votação em turno único – quórum: maioria simples: Projeto de Lei nº 6.357/2025 – do Tribunal de Justiça - Regulamenta o art. 191 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado da Paraíba, a fim de criar a Gratificação de Atividade de Apoio Judicial Militar - GAAJM. Requerimento de urgência urgentíssima. Designar relator especial. Em votação o requerimento de urgência urgentíssima, aprovado por unanimidade.

O deputado Tovar Correia Lima, relator da matéria, declarou que tal matéria já fora amplamente discutida e proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o projeto, aprovado por unanimidade. Em seguida, ao facultar a palavra, o deputado Taciano Diniz parabenizou todos os deputados pela contribuição e o presidente por ter aberto o diálogo a fim de todos os parlamentares se unirem à voz dos paraibanos. Encerrada a pauta, o Presidente informou que o Projeto de Lei nº 6.118/2025 - do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Estado da Paraíba será devolvido ao Tribunal de Justiça e declarou finalizada a sessão. O inteiro teor da sessão foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata foi lavrada e, após aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. 19 de dezembro de 2025.”

Disponível em: https://www.al.pb.leg.br/atas-das-sessoes [adaptado]

36) O gênero ata tem como objetivo registrar de forma oficial, fiel e permanente o que foi discutido, proposto e decidido em uma reunião, assembleia ou conferência. Sabendo disso, pode-se afirmar que, no trecho “O inteiro teor da sessão foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após **decodificadas** e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra”, do Texto IV, o termo “decodificadas” pode ser substituído, sem prejuízo semântico e pragmático ao texto, por:

a) cifradas.
b) traduzidas.
c) transcritas.
d) interpretadas.
e) editadas.

37) Na construção de um texto, a tipologia textual reside na sua organização linguística, enquanto o gênero revela-se na função social e, por consequência, no contexto prático em que o texto circula. Sabendo disso, após leitura do Texto IV, pode-se afirmar que as tipologias textuais predominantes no gênero ata são:

a) descrição e argumentação.
b) narração e descrição.
c) dissertação e argumentação.
d) descrição e injunção.
e) narração e diálogo.

38) Após leitura do Texto IV, assim como diante dos seus estudos sobre o gênero, considerando que a ata é um documento de valor jurídico, é correto afirmar que o seu redator deve utilizar:

a) a linguagem pessoal, dado que, embora os assuntos objetos de expedientes oficiais sejam estatais, o escritor do texto é um sujeito com conhecimentos políticos e culturais que estarão imbuídos no texto.
b) a linguagem informal, dado que o propósito da ata é que todos os cidadãos tenham acesso aos assuntos que são objetos de expedientes oficiais.
c) uma linguagem que apresente caracterizações, comentários supérfluos, adjetivos e advérbios para apresentar, ao leitor cidadão, o máximo de informações possível.
d) uma linguagem jurídica, uma vez que, como documento de valor jurídico, precisa utilizar de argumentos que favoreçam o órgão administrativo no qual o expediente oficial foi realizado.
e) a linguagem impessoal, dado que os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente imparcial.

39) Releia, a seguir, o excerto do Texto IV.

> Encerrada a pauta, o Presidente informou que o Projeto de Lei nº 6.118/2025 - do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Estado da Paraíba será devolvido ao Tribunal de Justiça e declarou finalizada a sessão.

Após releitura do excerto, analise as afirmativas a seguir sobre sua construção linguística.

I. O termo “que”, em “[...] o Presidente informou que”, trata-se de uma conjunção integrante que inicia a oração subordinada substantiva objetiva direta “que o Projeto de Lei nº 6.118/2025 - do Tribunal de Justiça será devolvido ao Tribunal de Justiça”;
II. O termo “que”, em “[...] que dispõe sobre os emolumentos [...]”, inicia uma oração subordinada adjetiva restritiva;
III. Entre os termos “Paraíba” e “será devolvido”, deveria ter uma vírgula para intercalar a oração subordinada adjetiva no período;
IV. Caso fosse necessário resumir o texto, a oração “que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Estado da Paraíba” poderia ser retirada sem ocasionar falha de sentido no texto.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I, III e IV.
b) II e IV.
c) I, II e III.
d) III e IV.
e) I e II.

40) Considerando as orientações a respeito da **redação oficial**, é correto afirmar que uma ata pode ser composta pelos seguintes elementos, nesta ordem:

a) 1- ordem do dia; 2 - nome das pessoas presentes; 3 - fecho; 4 - assinatura de todos os presentes, sem exceção.
b) 1- dia, mês, ano e hora da reunião; 2 - local da reunião; 3 - nome das pessoas presentes seguido dos respectivos cargos; 4 - ordem do dia; 5 - fecho; 6 - assinaturas do presidente, do secretário e de alguns participantes da reunião.
c) 1 - dia, mês, ano e hora da reunião; 2 - nome das pessoas presentes seguido dos respectivos cargos; 4 - local da reunião; 5 - fecho; 6 - assinatura de todos os presentes, sem exceção.
d) 1 - local da reunião; 3 - nome das pessoas presentes seguido dos respectivos cargos; 4 - ordem do dia, traduzida conforme interpretação do redator; 5 - fecho; 6 - assinaturas apenas do presidente da reunião e do secretário.
e) 1 - dia, mês, ano e hora da reunião; 2 - local da reunião; 3 - assinaturas do presidente, do secretário e de alguns participantes da reunião; 4 - ordem do dia, transcrita conforme a tradução do redator; 5 - fecho.

Leia os textos a seguir para responder às questões de 41 a 44.

Texto V

Aprendizagem para o futuro.

PESSOA, Marcos de Lacerda.

Em seu texto “Aprendizagem para o futuro”, o mestre, Ph.D e pós doutor em engenharia, Marcos de Lacerda Pessoa, aborda a necessidade de alterar o atual modelo de educação por um modelo que considere as mudanças ocorridas entre relações individuais e profissionais. Para desenvolver sua tese, o autor faz uso de dois documentos principais.

De acordo com o autor, o primeiro documento, publicado pelo grupo The Economist,

alerta sobre o despreparo do governo em relação às mudanças e desafios do século XXI. Segundo o referido documento, como aponta o doutor, para que os alunos obtenham competências relevantes no futuro, é preciso implementar políticas educacionais não centralizadas nos ambientes tradicionais de ensino. Isso só é possível, complementa Marcos Pessoa, com recursos financeiros, atualização do corpo docente e uma sociedade tolerante.

Para prosseguir com a defesa de sua tese, Marcos de Lacerda Pessoa utiliza o segundo documento, publicado pelo governo da Austrália, o qual tem como foco listar comportamentos necessários para uma educação inovadora. De acordo com tal documento, como ressalta o estudioso, os alunos precisam ser estimulados a fazer perguntas, usar da experimentação para obter respostas, contar histórias e focar no problema a ser solucionado, sendo persistentes em seus novos empreendimentos.

Por fim, o autor reflete sobre as opiniões diferentes de conservadores e inovadores a respeito dos locais de aprendizagem, concluindo que apenas um modelo orientado para o futuro é capaz de construir um mundo melhor para todos.

Fonte: material didático sobre elaboração de textos técnico-científicos. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 11 set. 2018.

Texto VI

Aprendizagem para o futuro.

PESSOA, Marcos de Lacerda.
Por autor anônimo

Uma das discussões mais polêmicas na área da educação diz respeito à diferença entre o ensino tradicional, em que o professor é um mero transmissor de conhecimentos, e o ensino inovador, cujo professor é um mediador que tem o intuito de construir os conhecimentos com seus alunos a partir de um diálogo. Neste caso, entende-se que a aprendizagem é uma consequência do processo de ensino que forma o cidadão para vida ao contrário do que se é percebido no processo de ensino tradicional, no qual o discente apenas memoriza conteúdo para uma avaliação específica.

Tem-se percebido, na contemporaneidade, que, mesmo conhecendo as discussões em torno das pedagogias tradicional e inovadora, muitos sistemas de ensino, ou mesmo docentes, tendem, ainda, a perseverar em um estilo de educação limitado, formando cidadãos passivos no que se refere às decisões ou reflexões que devem ser realizadas em contextos específicos.

Considerando isso, o pós-doutor e membro do Centro de Letras do Paraná, Marcos de Lacerda Pessoa, elaborou, de modo original, um artigo de opinião intitulado *Aprendizagem para o futuro*, em que, satisfatória e enfaticamente, é defendida a importância de um processo de ensino/ aprendizagem formador de indivíduos reflexivos, capazes de tomar suas próprias decisões e resolver seus problemas, rompendo, por consequência, as barreiras do ensino tradicional limitado.

Para fundamentar sua posição, Marcos Pessoa ressalta, claramente, a necessidade de se formular, na contemporaneidade/ era da informação, um modelo educacional que vise preparar os alunos para os novos desafios e demandas no século XXI, de modo que os indivíduos em formação, como argumenta severamente o autor fundamentado nas ideias de um relatório publicado pelo grupo The Economist, tenham habilidade criativa e analítica, habilidade digital e técnica e consciência global, assim como educação e cívica.

Além disso, o autor em questão é pontual ao destacar, criteriosamente, aspectos fundamentais para os quais os alunos da nova era devem ser formados, dentro os quais, ressalta-se as capacidades necessárias, que envolvem: formulação de perguntas; realização e experimentação de testes; contação de histórias; foco no problema a ser solucionado e, por último, conscientização sobre o valor da resiliência. Esses pontos chamam a atenção do leitor ao longo do artigo, uma vez que, incansavelmente, o pesquisador não só os apresenta, mas, sobretudo, explica-os, enfatizando sua relevância e deixando a impressão de que poderia discutir com mais fundamentos e perseverança sobre o assunto se a extensão do gênero textual permitisse.

Após expor os critérios que precisam ser considerados para que se tenha uma

aprendizagem para o futuro, Marcos Pessoa finaliza seu texto, mais uma vez, deixando clara a sua sabedoria, ao enfatizar que aceitar a aprendizagem direcionada ao futuro significa entender que a educação é um agente de mudanças, bem como de transformação para a construção de um mundo melhor para todos, como bem ressalta o pesquisador. Isso justifica, por sua vez, o fato de o texto apresentado ser indicado para leitura e reflexão de todos os cidadãos que necessitam entender a importância da aprendizagem para vida.

Fonte: material didático sobre elaboração de textos técnico-científicos. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br>. Acesso: 07 mar. 2018.

41) Após leitura dos textos V e VI, analise as afirmativas a seguir a seu respeito.

I. Embora ambos os textos apresentem o artigo de opinião “Aprendizagem para o futuro”, de Marcos de Lacerda Pessoa, o Texto V é um resumo, pois utiliza a linguagem objetiva e impessoal, enquanto o Texto VI é uma resenha, dado que utiliza uma linguagem avaliativa;
II. O redator do resumo deve apresentar as ideias principais do texto fonte, respeitando as relações entre elas;
III. A menção de atos do autor em diferentes partes do resumo, como observado nos textos apresentados, é desnecessária, pois isso torna o texto redundante;
IV. O resumo, embora utilize de uma linguagem objetiva, deve ser um texto compreensível por si mesmo, sem dependência do texto fonte para sua compreensão.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

a) I e II.
b) III e IV.
c) II e III.
d) I, II e IV.
e) I, III e IV.

42) No que diz respeito à função sintática dos termos da oração, no trecho “Considerando isso, o pós-doutor e membro do Centro de Letras do Paraná, Marcos de Lacerda Pessoa, elaborou, **de modo original**, um artigo de opinião intitulado *Aprendizagem para o futuro* [...]”, presente no terceiro parágrafo do Texto VI, o termo em destaque exerce função sintática de:

a) adjunto adnominal.
b) aposto.
c) adjunto adverbial.
d) predicativo do sujeito.
e) objeto indireto.

43) No trecho “Isso justifica, por sua vez, o fato de o texto apresentado ser indicado para leitura e reflexão de todos os cidadãos [...]”, presente no último parágrafo do Texto VI, a não contração da preposição “de” com o artigo definido “o”, no termo “o fato de o”, ocorreu porque:

a) de acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa, a não contração é facultativa nesse contexto, sendo indiferente usar "de o texto" ou "do texto".
b) de acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa, a não contração é obrigatória quando o artigo "o" integra o sujeito da oração reduzida de infinitivo ("o texto apresentado ser indicado...").
c) de acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa, a preposição "de" não se junta ao artigo "o" por estar isolada pelo termo de intercalação "por sua vez".
d) de acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa, a forma "de o" classifica-se sintaticamente como uma locução conjuntiva subordinativa causal.
e) de acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa, a não contração da preposição “de” com o artigo “o”, nesse caso, é um erro de regência nominal.

44) O termo em destaque no trecho “Esses pontos chamam a atenção do leitor ao longo do artigo, uma vez que, incansavelmente, o pesquisador não só **os** apresenta [...]”, do penúltimo parágrafo do Texto III, contribui para **coesão referencial**, uma vez que trata-se de:

a) um artigo definido que substitui, lexicalmente, o termo “Esses pontos” e exerce função sintática de adjunto adnominal.
b) um pronome oblíquo tônico que substitui, lexicalmente, o termo “Esses pontos” e exerce função sintática de objeto indireto do verbo “apresenta”.
c) um pronome oblíquo átono que substitui, lexicalmente, o termo “Esses pontos” e exerce função sintática de adjunto adverbial do verbo “apresenta”.
d) um pronome oblíquo átono que substitui, lexicalmente, o termo “Esses pontos” e exerce função sintática de objeto direto do verbo “apresenta”.
e) uma preposição que substitui, lexicalmente, o termo “Esses pontos” e exerce função sintática de objeto indireto do verbo “apresenta”.

Leia a tirinha a seguir para responder as questões de 45 a 47.

Texto VII



Fonte: produzido por IA.

45) Na tirinha apresentada, o chefe administrativo de determinado órgão solicita ao seu secretário, Roberto, que ele reserve o auditório de outro órgão, Justiça Federal, para realização de um evento. Nesse caso, considerando as normas sobre redação oficial, pode-se afirmar que o documento que Roberto precisa elaborar é:

a) um ofício.
b) um memorando.
c) um aviso.
d) um requerimento.
e) uma ata.

46) No que tange aos termos da oração, no período “**Roberto**, precisamos agendar o nosso seminário regional para o próximo mês”, presente no primeiro quadrinho do Texto VII, o termo em destaque exerce função sintática de:

a) sujeito.
b) adjunto adnominal.
c) vocativo.
d) aposto.
e) adjunto adverbial.

47) Quanto à classificação das palavras, na frase “Precisa ser **bem** redigido e oficial”, a palavra “bem” trata-se de:

a) um adjetivo.
b) um substantivo.
c) uma interjeição.
d) um verbo.
e) um advérbio.

48) Leia o texto presente no quadro a seguir para responder à questão.

> Ontem, minhas tarefas foram: de manhã, lavei a louça, varri a casa, tirei o pó e passei a roupa. À tarde, fui ao banco pagar contas, retirar talão de cheques e extrato. À noite, preparei aula, corrigi trabalhos dos alunos e elaborei as provas para próxima semana.

Fonte: MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane. ABREU-TARDELLI, Lília. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. [adaptado]

Uma das formas de sumarizar as ideias centrais de um texto é utilizar termos mais genéricos, isto é, hiperônimos. Sabendo disso, após leitura do texto presente no quadro apresentado, pode-se afirmar que a alternativa cuja sumarização utiliza termos genéricos para sintetizar as informações essenciais do texto é:

a) "Ontem, fui ao banco."
b) "Ontem, minhas tarefas foram: de manhã, cuidei da casa. À tarde, fui ao banco. À noite, trabalhei."
c) "Ontem, durante as minhas tarefas diárias, fui ao banco e trabalhei."
d) "Ontem, durante o dia, cuidei da casa e trabalhei."
e) "Ontem, durante o dia: preparei aula, corrigi trabalhos dos alunos e elaborei as provas para a semana seguinte."

Leia a tirinha a seguir para responder as questões 49 e 50.



Fonte: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/27431-tiras-de-armandinho

49) O gênero tirinha é conhecido pela sua criticidade e efeito de humor apresentados na relação entre linguagem verbal e não-verbal. No caso da tirinha apresentada, o efeito de humor se constrói:

a) pela contradição de Armandinho que afirma desejar ser eclético, mas se recusa a escutar a música que o pai ouvia.
b) pela diferença geracional evidenciada por meio do desconhecimento de Armandinho em relação ao suporte físico de mídia (disco de vinil) utilizado no passado.
c) pela incapacidade de o pai explicar ao filho como funcionavam as mídias e os aparelhos de som de sua época.
d) pelo fato de Armandinho confundir o conceito de ecletismo musical com a preferência por objetos antigos e colecionáveis.
e) pelo desinteresse do filho em relação ao gosto musical do pai, demonstrado no último quadrinho.

50) No que tange à situação de enunciação presente na tirinha, relacionando linguagem verbal e não-verbal, de forma pragmática, pode-se afirmar que, na frase "Pra começar... que negócio é **este aqui**!", o termo "este aqui":

a) refere-se anaforicamente a um elemento citado anteriormente na fala do pai.
b) desempenha função catafórica ao antecipar o conceito abstrato de "música antiga".
c) indica um referente espacialmente próximo do interlocutor (2ª pessoa), no caso, o pai.
d) localiza o objeto referente no espaço físico em proximidade direta com o falante (1ª pessoa).
e) marca uma relação exclusivamente temporal com os acontecimentos situados no passado.